

DIOGO DUARTE CAMPOS E JOANA BRANDÃO SÓCIO COORDENADOR E ASSOCIADA COORDENADORA DA ÁREA DE DIREITO PÚBLICO DA PLMJ

# “A contratação pública em Portugal é aberta e transparente”

Os advogados Diogo Duarte Campos e Joana Brandão são coordenadores científicos do I Congresso do Direito da Construção, que se vai realizar em Lisboa nos dias 10 e 11 de março.

JOÃO MALTEZ

[jmaltez@negocios.pt](mailto:jmaltez@negocios.pt)



Vitor Chi

**C**ontra a perceção que se generalizou, os especialistas em direito público Diogo Duarte Campos e Joana Brandão afirmam ao Negócios que, “sem prejuízo de poder haver sempre aspetos a melhorar, a contratação pública em Portugal é aberta e transparente”. Os dois advogados da PLMJ, coordenadores científicos do I Congresso do Direito da Construção, iniciativa promovida pela Editora Alme-

dina, falam nesta entrevista das dificuldades do setor que vai estar em debate, das questões jurídicas que lhe estão associadas e das razões do encontro que decorrerá em Lisboa dias 10 e 11 de março.

É suscetível que o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) traga muito trabalho ao setor da construção e obras públicas. Será também assim para os advogados de direito público?

**Diogo Duarte Campos (DDC)** - Claramente é expectável um incremento das solicitações dos clientes. Aliás, em bom rigor, esse aumento das solicitações já é sentido atualmente na antecipação e preparação para o PRR.

**Que solicitações são feitas? (DDC)** - As solicitações mais relevantes fazem sentir-se a três níveis: na preparação dos concursos públicos propriamente ditos; na

gestão do contrato e na sua execução, que era muitas vezes feita exclusivamente por engenheiros e, hoje, é coordenada entre engenheiros e advogados e, por fim, na prevenção e resolução de litígios.

Há especificidades nos litígios do setor da construção no atual contexto?

**Joana Brandão (JB)** - A prevenção e resolução de litígios na construção tem de ser encarada



# “A construção é um dos motores da economia”



**Se o Estado continuar a empurrar os empreiteiros para os tribunais administrativos – onde uma decisão pode demorar mais de 10 anos –, um dia acordamos e reparamos que não há setor para executar o Plano de Recuperação e Resiliência.**

com outra normalidade. Não existe nenhuma guerra entre as partes, mas temos de compreender que um contrato de empreitada é potencialmente litigioso – como são todos os contratos de duração alargada e em que uma parte dos condicionalismos não é conhecida à partida – e, hoje, não é possível impor a uma das partes que interiorize todos os sobrecustos, porque as empresas não têm tesouraria para esse

efeito, nem a banca as financia como no passado.

**As alterações recentes ao Código dos Contratos Públicos que impacto tiveram no setor da construção?**

**JB** - Verdadeiramente pouco. Com efeito, embora o regime especial para execução do PRR fosse muito ambicioso, a verdade é que o resultado final decorrente da negociação parlamentar, tornou-o pouco significativo, na medida em que apenas releva para obras até 750 mil euros.

**Era ou não necessário introduzir mudanças na lei para dar maior transparência ao processo de contratação pública?**

**DDC** - Sinceramente não me parece que esse seja hoje um problema em Portugal. Sem prejuízo de poder haver sempre aspetos a melhorar, a contratação pública em Portugal é aberta e transparente. Veja-se, aliás, como grupos económicos de todas as nacionalidades são capazes de concorrer e ganhar procedimentos em Portugal.

**A perceção pública parece ser outra.**

**DDC** - Admito que esta possa não ser a perceção da opinião pública, mas, do ponto de vista técnico, parece-me ser indiscutível.

**Durante a pandemia, quais foram os principais desafios com que se defrontaram as empresas do setor?**

**JB** - Em primeiro lugar o desafio de se manterem abertas e a executar obra durante todo este

período. Porém, seria desrazoável dizer que o setor se manteve a executar os trabalhos da mesma forma.

**O que é que mudou?**

**JB** - Houve uma subida generalizada dos preços dos materiais, a manifesta ausência de mão de obra (ou desadequação da existente), as cadeias de distribuição interrompidas ou desconexas, são factos que julgo ninguém negará.

**E quais são os desafios com que as empresas do setor se deparam no pós-pandemia?**

**DDC** - De uma forma mais imediata, o principal desafio é a falta de músculo financeiro da generalidade dos operadores em Portugal. Em geral, as tesourarias estão muito depauperadas e, sobretudo na obra pública, tem de ser possível encontrar formas mais céleres de resolver os litígios.

**Quais são as consequências da falta de celeridade na Justiça?**

**DDC** - Não queremos ser alarmistas, mas se o Estado continuar a empurrar os empreiteiros para os tribunais administrativos – onde uma decisão pode demorar mais de 10 anos –, um dia acordamos e reparamos que não há setor para executar o PRR. Várias instituições, com destaque para o Observatório das Autarquias Locais, têm contribuído para esta discussão e apresentado várias soluções, uma vez que este não é um problema dos empreiteiros ou das entidades adjudicantes, mas sim do setor como um todo. Temos agora é de executar essas soluções. ■

**Por que razão avançaram nesta altura com o I Congresso de Direito da Construção?**

**DDC** - A construção, que representa cerca de 15% do PIB nacional, demonstrou novamente durante a pandemia uma resiliência acima da média, sendo claramente um dos motores da economia, mas também com muitos desafios específicos, sendo, porventura, o mais relevante o da sustentabilidade. Pensamos que a oportunidade de um I Congresso de Direito da Construção está mais do que justificada.

**Quais são os principais objetivos deste congresso?**

**DDC** - O principal objetivo é o encontro de todos os “players”. Quando se pensa em construção, tem-se naturalmente em vista os empreiteiros, mas a construção envolve muito mais entidades. A construção reúne uma panóplia de interessados que vão desde os empreiteiros, aos promotores, aos projetistas e aos arquitetos, a dezenas ou centenas de entidades públicas, passando por vários consultores, gestores de projetos

e entidades fiscalizadoras, para além de juristas internos e advogados. Esta foi a primeira vez que, deliberadamente, se pretendeu juntar todos, em vez de ter engenheiros a discutir com engenheiros e advogados com advogados.

**O que é que vai estar em discussão?**

**JB** - Tentámos que, verdadeiramente, esteja tudo em discussão, desde os problemas específicos das obras públicas (como os inevitáveis trabalhos complementares e reequilíbrio económico-financeiros) até aos problemas da sustentabilidade e do ordenamento do território, passando pelas especificidades e dificuldades que as empresas enfrentam na sua internacionalização e na resolução de litígio.

**Quando falamos de direito da construção, estamos a falar de quê?**

**JB** - Ao contrário do que se possa pensar, a construção é dos setores mais internacionalizados e com maior sofisticação nas operações em que está presente, pelo que é normal que se suscitem muitas questões jurídicas. Neste congresso, estamos a dar um especial enfoque aos contratos internacionais de construção, uma vez que percebemos que, por um lado, havia um deficit de formação e experiência nesta área e, por outro lado, são contratos muito complexos e pormenorizados que implicam uma gestão diária, com múltiplas notificações as quais se não forem feitas em prazo podem implicar a perda do respetivo direito. ■



**A construção, que representa cerca de 15% do PIB nacional, demonstrou durante a pandemia uma resiliência acima da média.**